

PRESS RELEASE



Resultados Consolidados em 2016 (*)

(Informação financeira não auditada)

Caixa Geral de Depósitos S.A. (CGD): Maior solidez. Forte redução do crédito em risco com aumento da cobertura por imparidades. Plano de Recapitalização em conclusão.

■ No âmbito do plano de recapitalização em curso, a CGD procedeu à avaliação do valor dos seus ativos seguindo os princípios de avaliação de um “novo investidor privado significativo”, conforme acordado com a DGComp.

■ Deste exercício resultou a constituição de um montante de 3.016,9 milhões de euros de imparidades e provisões em 2016.

■ Após o significativo reforço de imparidades e provisões, e o *write-off* de créditos, o crédito em risco na CGD reduziu-se para 10,5% da sua carteira.

■ Em simultâneo, atingiu-se uma cobertura global por imparidades de 79%, com destaque para a cobertura de 100% alcançada no segmento de crédito a empresas.

■ O rácio de cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias atingiu 123,9%, um acréscimo de 21,7 p.p. face a 2015.

■ A referida constituição de imparidades e provisões de 3.016,9 milhões de euros foi decisiva para o resultado líquido de -1.859,5 milhões de euros atingidos no exercício de 2016.

■ Em termos operacionais, o resultado de exploração *core* (soma da margem financeira com comissões deduzida dos custos operativos) em 2016 aumentou 68,7% face ao ano anterior para 368,1 milhões de euros,

beneficiando do comportamento da margem financeira e dos custos operativos.

(milhões de euros)

	Dez 15	Dez 16	Var. (%)
Margem financeira	1 085	1 145	5,5%
Comissões líquidas	498	464	-6,9%
Result. operações financeiras	346	79	-77,0%
Produto bancário	1 999	1 547	-22,6%
Custos operativos	1 365	1 240	-9,1%
Resultado de exploração <i>core</i>	218	368	68,7%
Provisões e imparidades	715	3 017	321,7%
Resultado líquido	-171	-1 859	-

■ A margem financeira cresceu 60,2 milhões de euros (+5,5%) face ao ano anterior para 1.144,9 milhões de euros.

■ O produto bancário alcançou 1.547,2 milhões de euros em 2016, uma redução de 451,6 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução resultou essencialmente da redução em 266,4 milhões de euros nos resultados em operações financeiras, que atingiram os 79,5 milhões de euros, e da quebra de 189,0 milhões de euros nos outros resultados de exploração (igualmente decorrente do exercício de avaliação de ativos).

■ Os custos operativos evidenciaram em 2016 uma redução de 9,1% face ao ano precedente, beneficiando da contenção em todas as suas componentes. Excluindo o custo não recorrente relativo ao programa de

pré-reforma ou de aposentação voluntária em curso (Plano Horizonte) registado em 2015 e em 2016, a redução teria sido de 5,7%.

■ O ativo líquido consolidado do Grupo CGD atingiu 93.547 milhões de euros no final de 2016 (-7,3% face ao final de 2015).

■ Os recursos de clientes totalizaram no final do ano 69.680 milhões de euros (-5,1% do que um ano antes). A redução verificada nos depósitos ocorreu sobretudo no segmento institucional, sendo a ligeira redução de depósitos de particulares consequência das colocações de OTRVs registadas ao longo do ano.

■ O crédito a clientes bruto (incluindo créditos com acordo de recompra) reduziu 3,7% face a um ano antes para 68.735 milhões de euros, fortemente influenciado pelos *write-offs* efetuados.

■ O rácio de transformação situou-se em dezembro de 2016 em 90,6% (90,1% em dezembro de 2015), refletindo a forte situação de liquidez do Grupo.

■ O Grupo CGD apresentava em final de dezembro de 2016 um montante total de financiamento junto do BCE de 3.527 milhões de euros (+761 milhões de euros face a dezembro de 2015), cerca de 3,8% do ativo total, evidenciando a sua confortável situação de liquidez.

■ O *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) alcançou 181,1%, valor acima das exigências regulamentares.

■ Os rácios *phased-in Common Equity Tier 1* (CET 1) e Total, calculados de acordo com as regras da CRD IV /CRR eram de 7,0% e 8,1%, respetivamente, em dezembro de 2016.

Considerando as componentes do plano de recapitalização já concretizadas em janeiro de 2016 (aumento de capital em espécie – ações Parcaixa e CoCos – e eliminação de itens distribuíveis negativos), bem como as componentes previstas para 2017 (aumento de capital de 2.500 milhões de euros pelo Estado, assim como a emissão, em mercado, de dívida subordinada AT1, no montante de 500 milhões de euros), os valores proforma em 31 de dezembro de 2016 dos rácios *Common Equity Tier 1* (CET 1) *phased-in* e *fully implemented* ascenderiam a 12,0% e 11,8%, respetivamente. Os rácios *Tier 1* e Total *phased-in* da CGD deverão atingir, por seu turno, 13,0% e 14,1%, após a conclusão do Plano de Recapitalização.

■ Estes rácios reforçam de forma decisiva a solidez da CGD, constituindo a base para preservar a posição de liderança no sistema financeiro português e o seu papel no apoio às famílias e às empresas.

(*) Contas de dezembro de 2015 reexpressas considerando o Mercantile Bank Holdings, Ltd. como um ativo não corrente detido para venda.

1. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE BALANÇO E DE EXPLORAÇÃO				
	2015-12	2016-12	Variação	
Ativo líquido	100 901	93 547	-7,3%	
Crédito a clientes (líquido)	65 759	62 867	-4,4%	
Recursos de clientes	73 426	69 680	-5,1%	
Produto bancário	1 999	1 547	-22,6%	
Resultado de exploração core	218	368	68,7%	
Resultado líquido do exercício	-171	-1 859	-	
RÁCIOS DE RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA				
Rendibilidade bruta dos capitais próprios - ROE ^{(1) (2)}	-0,4%	-46,5%	-46,1 p.p.	
Rendibilidade líquida dos capitais próprios - ROE ⁽²⁾	-1,3%	-32,0%	-30,7 p.p.	
Rendibilidade bruta do ativo - ROA ^{(1) (2)}	0,0%	-2,7%	-2,6 p.p.	
Rendibilidade líquida do ativo - ROA ⁽²⁾	-0,1%	-1,8%	-1,8 p.p.	
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	2,0%	1,6%	-0,4 p.p.	
Custos com pessoal / Produto bancário ⁽¹⁾	39,3%	44,3%	5,0 p.p.	
Cost-to-income ⁽¹⁾	66,7%	77,8%	11,1 p.p.	
QUALIDADE DO CRÉDITO E GRAU DE COBERTURA				
Rácio de crédito vencido	7,6%	7,2%	-0,4 p.p.	
Rácio de crédito vencido > 90 dias	7,2%	6,6%	-0,5 p.p.	
Rácio de crédito com incumprimento ⁽¹⁾	9,3%	8,4%	-0,9 p.p.	
Rácio de crédito com incumprimento (líq.) ⁽¹⁾	2,2%	0,2%	-2,0 p.p.	
Rácio de crédito em risco ⁽¹⁾	11,5%	10,5%	-1,0 p.p.	
Rácio de crédito em risco (líq.) ⁽¹⁾	4,5%	2,4%	-2,1 p.p.	
Rácio de crédito reestruturado ⁽³⁾	10,0%	9,0%	-0,9 p.p.	
Rácio de cré. reestr. não incluído no crédito risco ⁽³⁾	5,6%	4,2%	-1,4 p.p.	
Cobertura do crédito vencido	96,3%	113,8%	17,5 p.p.	
Cobertura do crédito vencido > 90 dias	102,2%	123,9%	21,7 p.p.	
Custo do risco de crédito	0,78%	3,42%	2,6 p.p.	
RÁCIOS DE ESTRUTURA				
Crédito a clientes (líquido) / Ativo líquido	65,2%	67,2%	2,0 p.p.	
Rácio de Transformação ⁽¹⁾	90,1%	90,6%	0,6 p.p.	
RÁCIOS DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ (CRD IV/CRR) ⁽⁴⁾				
			Proforma (*)	
CET 1 (phased-in)	10,9%	7,0%	12,0%	1,1 p.p.
Tier 1 (phased-in)	10,9%	7,0%	13,0%	2,1 p.p.
Total (phased-in)	12,3%	8,1%	14,1%	1,8 p.p.
CET 1 (fully implemented)	10,0%	5,5%	11,8%	1,8 p.p.
Liquidity coverage ratio	143,1%	181,1%		
Net stable funding ratio	135,9%	134,6%		
OUTROS INDICADORES				
Número de agências - Grupo CGD	1 253	1 211	-42	
Número de agências - CGD Portugal	764	717	-47	
Número de empregados - Grupo CGD	16 058	15 452	-606	
Número de empregados - CGD Portugal	8 410	8 113	-297	
RATING CGD				
	Curto Prazo	Longo Prazo	Data (última avaliação)	
Standard & Poor's	B	BB-	2016-08	
FitchRatings	B	BB-	2016-05	
Moody's	N/P	B1	2015-06	
DBRS	R-2 (mid)	BBB (low)	2016-11	

Nota: Cálculo dos indicadores conforme glossário constante em: <http://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-aos-Investidores/Documents/Glossario.pdf>

(1) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 23/2012); (2) Capitais Próprios e Ativos Líquidos médios (13 observações);

(3) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 32/2013); (4) Rácios de solvabilidade relativos a 31/12/2016 são valores estimados; (*) Proforma incluindo as duas fases do processo de recapitalização em curso.

2. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A economia global revelou em 2016, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), um crescimento económico de 3,1%, 0,1 p.p. abaixo do observado em 2015, o que se ficou a dever à desaceleração registada no bloco desenvolvido (-0,5 p.p., para 1,6%), enquanto no bloco emergente e em desenvolvimento se assistiu a uma aceleração marginal do crescimento (+0,2 p.p., para 4,2%), pela primeira vez em seis anos.

No conjunto de países desenvolvidos, onde a conjuntura esteve sujeita a fortes incertezas e onde ocorreram eventos, nomeadamente de natureza política, cujos resultados não foram ao encontro do cenário central esperado nos mercados, a contínua recuperação do mercado de trabalho e a melhoria do rendimento real disponível das famílias permitiram que o consumo privado permanecesse como o motor da expansão, aliado ainda à melhoria das condições de financiamento bancário. O investimento, por seu lado, continuou a desapontar.

Após cinco anos sucessivos de arrefecimento, a ligeira melhoria do crescimento do bloco emergente em 2016 foi consequência da estabilização da atividade não só na China, mas também no Brasil e na Rússia, dois dos países emergentes de maior dimensão onde a contração da atividade económica foi inferior à observada no ano anterior. Apesar das condições de financiamento neste bloco terem registado uma melhoria, dadas as expectativas de manutenção das taxas de juro baixas no bloco desenvolvido, diversos fatores continuaram a pesar numa retoma mais célere da conjuntura, nomeadamente, a baixa cotação de diversas matérias-primas, o reduzido nível de investimento por parte dos principais países desenvolvidos, o nível elevado de endividamento em alguns casos, ou o agravamento de tensões geo-políticas em diversas regiões do globo.

De acordo com as Estimativas do Inverno da Comissão Europeia, o ritmo de crescimento da Área Euro desacelerou em 2016. Após ter crescido 2,0% em 2015, a região registou uma expansão de 1,7% no ano passado devido, sobretudo, ao menor contributo da procura interna e ao contributo negativo da procura externa. No entanto, as taxas de crescimento foram positivas em todos os Estados Membros. O desemprego na região evidenciou uma nova redução em 2016, pelo terceiro ano consecutivo. A taxa de desemprego anual fixou-se em 10,0%, menos 0,9 p.p. do que em igual período de 2015.

A economia portuguesa registou em 2016 o terceiro ano consecutivo de expansão. Segundo a estimativa rápida divulgada pelo INE, Portugal cresceu 1,4%. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego, relativa ainda ao terceiro trimestre de 2016, correspondeu a 10,5%, o que representa o registo mais baixo em praticamente sete anos. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou, no ano, uma taxa de variação média anual de 0,6%, mais 0,1 p.p. do que o observado no ano anterior.

Assistiu-se em 2016 à manutenção, e em alguns casos reforço, do cariz expansionista da política monetária, com destaque, logo no início do ano, para o Banco Central do Japão, que reduziu a taxa de juro das reservas excedentárias dos bancos, para -0,1%, e para as intervenções sucessivas do Banco Central da China injetando liquidez no sistema financeiro. Em março, a atuação do Banco Central Europeu (BCE) voltou a estar em destaque. Os responsáveis máximos do BCE decidiram incrementar de 60 mil milhões de euros para 80 mil milhões de euros o montante de compras de títulos de dívida por mês, tendo também voltado a reduzir a taxa da facilidade de depósito, para -0,40%, e cortado para 0% a taxa principal das operações de refinanciamento. Já em dezembro, o Conselho de Governadores decidiu prolongar a duração do programa de compras de títulos por mais nove meses e anunciou a redução, a partir de abril, do ritmo de aquisição mensal em 20 mil milhões de euros, de volta a 60 mil milhões de euros.

Em agosto, com o propósito de precaver potenciais efeitos negativos despoletados pelo Brexit, o Banco de Inglaterra anunciou uma redução de 25 p.b. da taxa diretora, fixando-a num novo mínimo histórico de 0,25%, assim como um conjunto adicional de outras medidas. A

Reserva Federal dos EUA que ao longo de todo o ano atenuou as perspetivas de subidas múltiplas da taxa de juro diretora, embora admitindo sempre a necessidade de um ajuste, decretou no último mês do ano, à semelhança de 2015, um incremento de 25 p.b. do objetivo da taxa diretora, fixando-a no intervalo 0,50% a 0,75%.

Nos mercados financeiros, o início de ano foi marcado por um forte incremento do ambiente de incerteza e aversão ao risco devido aos receios com a desaceleração da economia chinesa e ao impacto da queda dos preços das matérias-primas. No entanto, os compromissos de suporte à conjuntura económica demonstrados por parte dos principais bancos centrais, a par da progressiva melhoria dos indicadores de atividade e da estabilização do crescimento dos preços, ao afastar receios de deflação, nomeadamente na Área Euro, conduziram a uma gradual, e quase ininterrupta, valorização dos ativos de risco, apenas temporariamente interrompida após o referendo britânico, em junho, e as eleições presidenciais nos EUA, em novembro.

Após uma queda que chegou a ser de -11,5% até meados de fevereiro, a recuperação encetada até ao final do ano, em particular durante os dois últimos meses, levou o índice acionista global da Morgan Stanley a registar uma valorização anual de 5,6%. Entre os principais índices, observaram-se, apesar de tudo, comportamentos mistos. Enquanto o mercado japonês (Topix) registou uma desvalorização marginal, de -1,9%, e o europeu (Eurostoxx600) uma queda de -1,2%, a primeira em cinco anos, foram os índices Footsie britânico (14,4%) e S&P500 dos EUA (9,5%) a registar os ganhos mais significativos em 2016.

Em 2016, a taxa de rendibilidade da dívida pública norte-americana, a 10 anos, registou uma subida (17,5 p.b.), tendo atingido no final do mesmo o valor mais elevado desde setembro de 2014, ao contrário da Europa, onde, no caso alemão, se assistiu a uma queda de -42,1 p.b.. Em ambos os casos, no início de julho, no seguimento do Brexit, foram registados mínimos históricos, de 1,358% e -0,189%, respetivamente, com a atuação dissonante dos respetivos bancos centrais, e a maior subida das expetativas de inflação nos EUA, a levar a um incremento muito mais significativo neste caso.

As taxas do mercado monetário europeu voltaram a registar quedas em 2016, dada a política monetária do BCE, mais salientes durante o primeiro semestre, tendo sido observados sucessivos mínimos históricos durante os últimos meses do ano. Em 2016, foi também a vez do prazo a 12 meses começar, a partir de fevereiro, a apresentar valores negativos.

Em 2016, a evolução favorável do mercado de trabalho norte-americano e a expetativa de normalização, mesmo que gradual, da política monetária por parte da Fed dos EUA levou o dólar a registar o quarto ano consecutivo de apreciação face às moedas dos principais parceiros comerciais (+3,6%), tendo encerrado o ano no máximo de 14 anos. A adoção e a expetativa de novas medidas expansionistas por parte do BCE conduziu o euro a uma depreciação de -3,2% em relação à moeda norte-americana, o que correspondeu ao terceiro ano sucessivo de queda.

3. INFORMAÇÃO CONSOLIDADA

RESULTADOS

Em 2016 a margem financeira cresceu 60,2 milhões de euros (+5,5%) face ao ano anterior para 1.144,9 milhões de euros. Esse crescimento ficou a dever-se à redução do custo de *funding* (-336,7 milhões de euros, -18,5%) superior à diminuição igualmente sentida nos juros de operações ativas (-276,5 milhões de euros, -9,5%).

(milhões de euros)

RESULTADOS	Variação		
	2015-12	2016-12	(%)
Margem financeira	1 084,7	1 144,9	5,5%
Margem financeira alargada	1 159,0	1 197,3	3,3%
Comissões líquidas	498,2	463,6	-6,9%
Produto bancário	1 998,8	1 547,2	-22,6%
Custos operativos	1 364,7	1 240,3	-9,1%
Resultado bruto de exploração	634,1	306,8	-51,6%
Resultado de exploração core	218,2	368,1	68,7%
Provisões e imparidades	715,4	3 016,9	321,7%
Resultado líquido do exercício	-171,5	-1 859,5	-

As comissões líquidas apresentaram uma redução de 6,9% em termos anuais para 463,6 milhões de euros e os resultados de operações financeiras alcançaram 79,5 milhões de euros.

O produto bancário alcançou 1.547,2 milhões de euros em 2016, uma redução de 451,7 milhões de euros face ao ano anterior, penalizado essencialmente pela redução em 266,4 milhões de euros nos resultados de operações financeiras, e pela evolução dos outros resultados de exploração, com -189,0 milhões de euros, face a 2015.

Os custos operativos evidenciaram em 2016 uma redução de 9,1% face ao ano precedente, beneficiando da contenção em todas as suas componentes. Excluindo o custo não recorrente relativo ao programa de pré-reforma ou de aposentação voluntária em curso (Plano Horizonte) registado em 2015 e em 2016, a redução teria sido de 5,7%. Não obstante a redução dos custos operativos, a quebra do produto bancário atrás descrita, levou a que o indicador de *cost-to-income* se situasse em 77,8%.

O resultado bruto de exploração situou-se em 306,8 milhões de euros em 2016, uma redução de 327,3 milhões de euros (-51,6%) se comparado com 2015.

O resultado de exploração *core* (soma da margem financeira com comissões deduzida dos custos operativos) em 2016 aumentou 68,7% face ao ano anterior para 368,1 milhões de euros, beneficiando do comportamento da margem financeira e dos custos operativos.

No âmbito do plano de recapitalização em curso, a CGD procedeu à avaliação do valor dos seus ativos e de potenciais contingências, nos termos acordados com a DGComp, o que resultou na constituição de um montante de 3.016,9 milhões de euros de imparidades e provisões no exercício de 2016. O montante de imparidade de crédito no exercício ascendeu a 2.396,4 milhões de euros, fixando o custo do risco de crédito em 3,42%.

A referida constituição de imparidades e provisões foi decisiva para o resultado líquido de -1.859,5 milhões de euros atingidos no exercício de 2016.

BALANÇO

O ativo líquido consolidado do Grupo CGD atingiu 93.547 milhões de euros no final de dezembro de 2016, o que correspondeu a uma redução de 7,3% face a igual data de 2015.

A diminuição teve origem nas disponibilidades em bancos centrais e aplicações em instituições de crédito (-1.848 milhões de euros, -24,1%), aplicações em títulos (-4.067 milhões de euros, -20,7%) e crédito a clientes (-3.076 milhões de euros, -4,6%).

		(milhões de euros)	
BALANÇO - Principais rubricas		Variação	
	2015-12	2016-12	(%)
Ativo líquido	100 901	93 547	-7,3%
Disponib. e aplic. em instituições de crédito	7 664	5 816	-24,1%
Aplicações em títulos ⁽¹⁾	19 649	15 581	-20,7%
Crédito a clientes (líquido) ⁽²⁾	66 178	63 102	-4,6%
Crédito a clientes (bruto) ⁽²⁾	71 376	68 735	-3,7%
Recursos de bancos centrais e inst. de crédito	5 433	5 800	6,7%
Recursos de clientes	73 426	69 680	-5,1%
Responsabilidades representadas por títulos	6 700	4 184	-37,6%
Capitais próprios	6 184	3 883	-37,2%

(1) Inclui ativos com acordos de recompra e derivados de negociação

(2) Inclui ativos com acordos de recompra

A carteira das aplicações em títulos, incluindo os ativos com acordo de recompra e derivados de negociação, reduziu 4.067 milhões de euros (-20,7%) relativamente a dezembro do ano anterior para 15.581 milhões de euros.

Do lado do passivo, verificaram-se reduções nos recursos de clientes (-3.746 milhões de euros, -5,1%), refletindo sobretudo a redução dos saldos dos depósitos de diversos clientes institucionais, e nas responsabilidades representadas por títulos (-2.516 milhões de euros, -37,6%).

O total de recursos de clientes particulares da CGD Portugal atingiu 58.061 milhões de euros, o que representou uma variação anual de +334 milhões de euros (+0,6%).

		(milhões de euros)		
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES CGD PORTUGAL		2015-12	2016-12	Variação
				(%)
Depósitos totais		59 270	56 165	-5,2%
Particulares		46 323	45 486	-1,8%
Empresas		5 873	6 144	4,6%
Institucionais		7 074	4 535	-35,9%
Outros recursos (*)		13 447	14 094	4,8%
Particulares		11 404	12 575	10,3%
Empresas		716	606	-15,4%
Institucionais		1 326	913	-31,2%
Total		72 717	70 260	-3,4%
Particulares		57 727	58 061	0,6%
Empresas		6 590	6 751	2,4%
Institucionais		8 401	5 448	-35,1%

(*) Inclui fundos de investimento, seguros financeiros, OTRV e outras obrigações

O crédito a clientes bruto (incluindo créditos com acordo de recompra) reduziu 3,7% face a um ano antes para 68.735 milhões de euros no final de 2016, fortemente impactados pelos

1.933 milhões de euros de *write-offs* efetuados durante o ano de 2016.

Neste contexto, o crédito aos particulares registou uma variação de -5,1% face a dezembro de 2015, enquanto o crédito a empresas variou negativamente 10,8%. A quota de mercado do crédito a empresas da CGD atingiu os 20,7%, em novembro de 2016.

Traduzindo a redução da carteira de crédito a clientes, o rácio de transformação situou-se em 90,6%, valor que compara com 90,1% observado em dezembro de 2015.

(milhões de euros)

CRÉDITO A CLIENTES	Variação		
	2015-12	2016-12	(%)
CGD Portugal	53 345	51 453	-3,5%
Empresas	19 855	17 710	-10,8%
Setor público administrativo	3 111	3 071	-1,3%
Institucionais e outros	883	2 666	201,8%
Particulares	29 496	28 006	-5,1%
Habituação	28 487	27 068	-5,0%
Outras finalidades	1 008	938	-7,0%
Outras unidades do Grupo CGD	18 030	17 282	-4,1%
Total	71 376	68 735	-3,7%

Nota: Crédito bruto incluindo acordos de recompra

Deste modo, o crédito na CGD Portugal totalizou 51.453 milhões de euros, representando cerca de 75% do total do crédito a clientes do Grupo.

Após o significativo reforço de imparidades e provisões, e o *write-off* de créditos, atrás mencionados, o rácio de crédito em risco, calculado de acordo com os critérios do Banco de Portugal, reduziu-se para 10,5%, atingindo-se em simultâneo uma cobertura por imparidades de 79,0%, com destaque para a cobertura de 99,9% alcançada no segmento de crédito a empresas, enquanto no de crédito a particulares, a cobertura cifrou-se em 48,0%.

O rácio de crédito em risco não coberto por imparidades passou para 2,2% do crédito total, evidenciando o reforço de solidez operado na carteira de crédito da CGD.

O rácio de crédito vencido com mais de 90 dias atingiu 6,6% em dezembro de 2016 (7,2% em 2015), tendo a respetiva cobertura por imparidade fixado-se em 123,9%, que compara com 102,2% em dezembro de 2015.

LIQUIDEZ

Acompanhando as medidas de dinamização do mercado do crédito tomadas pelo BCE no início do ano a CGD Portugal optou, numa ótica de otimização da gestão de liquidez e de redução do custo de financiamento, pela substituição da totalidade do financiamento obtido através de TLTRO pelas novas operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas (TLTRO II) a 4 anos, e pelo aumento do montante das responsabilidades junto do BCE, fomentando deste modo a sua capacidade de apoio à economia e às empresas nacionais.

Em resultado, o financiamento obtido pela CGD Portugal junto do BCE passou em junho para os 2.000 milhões de euros, valor que permaneceu inalterado até ao final de 2016. O conjunto de ativos elegíveis da CGD integrados na *pool* de colateral junto do BCE também apresentou um acréscimo semelhante, passando de 9.876 milhões euros no final de 2015 para 10.676 milhões de euros em dezembro de 2016.

Ao nível do Grupo CGD, os recursos obtidos junto do BCE aumentaram em 761 milhões de

euros, situando-se nos 3.527 milhões de euros no final do ano. Este incremento foi acompanhado por uma subida paralela da carteira de ativos elegíveis incluídos na *pool* do Eurosistema, a qual passou de 11.604 milhões de euros em dezembro de 2015 para 12.347 milhões de euros em dezembro de 2016.

O saldo de financiamento de médio e longo prazo emitido ao abrigo quer do Programa EMTN, quer do Programa de Obrigações Hipotecárias, manteve, em 2016, a tendência descendente vinda já de anos anteriores. O vencimento de algumas emissões de elevado volume, incluindo a emissão inaugural do mercado hipotecário em Portugal ocorrida em 2006, traduziu-se em 2.365 milhões de euros de reembolsos ao longo do ano. Este valor foi contudo facilmente acomodado, tendo apenas como contrapartida a gestão de liquidez interna, sem necessidade de recorrer à obtenção de fundos em mercado.

O indicador de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) alcançou no final de dezembro de 2016 um valor de 181,1% (143,1% no final de dezembro de 2015), valor acima das exigências regulamentares. Por seu turno, o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) atingiu 134,6% na mesma data (135,9% em dezembro de 2015).

SOLVÊNCIA

Os rácios *phased-in Common Equity Tier 1* (CET 1) e Total, calculados de acordo com as regras da CRD IV /CRR eram de 7,0% e 8,1%, respetivamente, em dezembro de 2016.

Considerando o aumento de capital social de 2.500 milhões de euros em dinheiro pelo Estado, bem como a emissão, em mercado, de dívida com elevado grau de subordinação (AT1), no montante de 500 milhões de euros, operações que constituem a segunda fase prevista no plano de recapitalização antes aprovado, e cuja primeira fase foi já implementada no início de janeiro de 2017, os valores proforma em 31 de dezembro de 2016 dos rácios *Common Equity Tier 1* (CET 1) *phased-in* e *fully implemented* ascenderiam a 12,0% e 11,8%, respetivamente. Os rácios Tier 1 e Total *phased-in* da CGD deverão atingir, por seu turno, 13,0% e 14,1%, após a conclusão do Plano de Recapitalização.

Estes rácios reforçam de forma decisiva a solidez da CGD.

Requisitos de Capital do BCE para 2017

Com base nos resultados apurados no âmbito do Supervisory Review and Evaluation Process (SREP) de 2016, a CGD foi notificada pelo Banco Central Europeu (BCE) sobre os requisitos mínimos de capital aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2017.

Em termos da atividade consolidada, o requisito de capital CET1 (*phased-in*) de 8,25% a respeitar inclui: i) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 1 de 4,5%; ii) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 2 (P2R) de 2,5%; e iii) o *buffer* de conservação de capital (CCB) de 1,25%.

Conforme decisão de 29 de julho de 2016 do Banco de Portugal, o *buffer* sistémico O-SII (Other Systemically Important Institutions) foi fixado em 0,5% em 2018, e 1,0% em 2019 para a CGD. Adicionalmente, o *buffer* de conservação de capital (CCB) irá aumentar para 2,5%, em 2019.

Além do requisito de capital CET1 atrás mencionado, a CGD terá que atingir um requisito mínimo de Tier 1 de 9,75% e de Capital Total de 11,75% em 2017.

(%)

SREP - REQUISITOS DE CAPITAL		2017
Consolidado		
Common Equity Tier 1 (CET1)		8,25%
<i>Pillar 1</i>		4,5%
<i>Pillar 2 Requirement</i>		2,5%
<i>Capital Conservation Buffer (CCB)</i>		1,25%
<i>Other Systemically Important Institutions (OSII)</i>		0,0%
Tier 1		9,75%
Total		11,75%
Individual		
Common Equity Tier 1 (CET1)		7,0%
<i>Pillar 1</i>		4,5%
<i>Pillar 2 Requirement</i>		1,25%
<i>Capital Conservation Buffer (CCB)</i>		1,25%
<i>Other Systemically Important Institutions (OSII)</i>		0,0%
Tier 1		8,5%
Total		10,5%

Em termos da atividade individual, o requisito de capital CET1 (phased-in) de 7,0% a respeitar inclui: i) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 1 de 4,5%; ii) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 2 (P2R) de 1,25%; e iii) o *buffer* de conservação de capital (CCB) de 1,25%.

Além do requisito de capital CET1 atrás mencionado, a CGD terá que atingir um requisito mínimo de Tier 1 de 8,5% e de Capital Total de 10,5% em 2017.

4. ATIVIDADE DOMÉSTICA E INTERNACIONAL

Em 2016 o resultado líquido da atividade doméstica do Grupo CGD atingiu -1.915,2 milhões de euros, que compara com -310,8 milhões de euros no ano anterior, traduzindo essencialmente o reforço das provisões e imparidades, no montante de 2.722,3 milhões de euros, verificado no quadro da reavaliação do valor dos seus ativos anteriormente mencionado. Também os resultados em operações financeiras e os outros resultados de exploração registaram uma diminuição de 254,7 milhões de euros e de 206,4 milhões de euros, respetivamente. Em contrapartida, evoluíram favoravelmente os custos operativos, com -124,7 milhões de euros (-12,0%) e as rubricas de impostos, com -849,0 milhões de euros.

(milhões de euros)

ATIVIDADE DOMÉSTICA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMONST. DE RESULT. CONSOLIDADA (*)	2015-12	2016-12	Variação (%)
Margem financeira alargada	636,0	658,5	3,5%
Comissões líquidas	366,9	349,9	-4,6%
Resultados em operações financeiras	229,1	-25,5	-
Outros resultados exploração	70,6	-135,8	-
Produto bancário	1 302,7	847,0	-35,0%
Custos com Pessoal	585,7	497,4	-15,1%
Outros gastos administrativos	388,3	355,4	-8,5%
Depreciações e amortizações	69,4	65,8	-5,2%
Custos operativos	1 043,4	918,6	-12,0%
Resultado bruto de exploração	259,3	-71,6	-
Provisões e imparidades	579,3	2 722,3	369,9%
Resultados em empresas associadas	46,7	46,7	0,1%
Resultados de filiais detidas para venda	-1,6	0,0	-
Res. antes imp. e int. que não controlam	-275,0	-2 747,2	-
Impostos	18,7	-830,3	-
Interesses que não controlam	17,2	-1,7	-
Resultado líquido	-310,8	-1 915,2	-

(*) Relações intragrupo puras sem impacto no resultado líquido consolidado não eliminadas

O contributo da área de negócio internacional para o resultado líquido consolidado do Grupo em 2016 alcançou 55,7 milhões de euros (-60,1% do que no ano precedente), valor igualmente afetado pelo reforço das imparidades e provisões (294,6 milhões de euros). O produto bancário diminuiu 23,0 milhões de euros (-2,9%), afetado pela variação dos resultados em operações financeiras (-15,2 milhões de euros, -13,8%). Os custos operativos diminuíram 26,6 milhões de euros (-6,6%).

(milhões de euros)

ATIVIDADE INTERNACIONAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMONST. DE RESULT. CONSOLIDADA (*)	2015-12	2016-12	Variação
			(%)
Margem financeira alargada	526,4	548,4	4,2%
Comissões líquidas	130,4	113,0	-13,3%
Resultados em operações financeiras	110,1	94,9	-13,8%
Outros resultados exploração	13,5	1,1	-91,9%
Produto bancário	780,4	757,4	-2,9%
Custos com Pessoal	218,2	208,4	-4,5%
Outros gastos administrativos	154,3	141,5	-8,3%
Depreciações e amortizações	33,0	29,1	-11,9%
Custos operativos	405,6	379,0	-6,6%
Resultado bruto de exploração	374,9	378,4	1,0%
Provisões e imparidades	136,1	294,6	116,5%
Resultados em empresas associadas	10,7	11,6	7,7%
Res. antes imp. e int. que não controlam	249,5	95,4	-61,8%
Impostos	37,4	3,6	-90,2%
Interesses que não controlam	72,7	36,1	-50,4%
Resultado líquido	139,4	55,7	-60,1%

(*) Relações intragrupo puras sem impacto no resultado líquido consolidado não eliminadas

O resultado líquido obtido em 2016 pela atividade internacional teve como maiores contribuidores o BNU Macau (63,1 milhões de euros), a Sucursal de França (40,5 milhões de euros¹), o BCG Angola (26,3 milhões de euros) e o BCG Espanha (25,4 milhões de euros).

(milhões de euros)

ATIVIDADE INTERNACIONAL CONTRIBUIÇÃO PARA OS RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS	2015-12	2016-12	Variação
			(%)
BNU Macau	58,8	63,1	7,2%
BCG Angola	33,9	26,3	-22,2%
BCG Espanha	25,3	25,4	0,6%
Mercantile Bank (África do Sul)	10,3	10,8	4,9%
BCI (Moçambique)	19,8	10,3	-48,0%
África - outras unidades	0,7	2,2	206,8%
BCG Brasil	-6,9	1,4	-
Sucursais	18,8	-72,6	-
das quais: Sucursal de França	43,2	40,5	-6,3%
Outros	-21,3	-11,2	-
Total	139,4	55,7	-60,1%

¹ Valor excluindo o resultado líquido não recorrente de 28,1 milhões de euros na Sucursal de França.

5. CONTAS CONSOLIDADAS

(milhões de euros)

BALANÇO		Variação		
ATIVO	2015-12	2016-12	Abs.	(%)
Caixa e disp. em bancos centrais	2 880	1 841	-1 039	-36,1%
Aplicações em instituições de crédito	4 785	3 976	-809	-16,9%
Aplicações em títulos	18 986	15 017	-3 970	-20,9%
Crédito a clientes	65 759	62 867	-2 892	-4,4%
Ativos com acordo de recompra	1 081	800	-281	-26,0%
Ativ. não correntes detidos para venda	830	1 426	596	71,7%
Propriedades de investimento	1 125	978	-147	-13,0%
Ativos intangíveis e tangíveis	754	693	-62	-8,2%
Investimentos em filiais e associadas	277	312	35	12,6%
Ativos por impostos correntes e diferidos	1 511	2 588	1 077	71,2%
Outros ativos	2 912	3 051	139	4,8%
Total do ativo	100 901	93 547	-7 354	-7,3%
PASSIVO				
Rec. bancos centrais e instit. de crédito	5 433	5 800	367	6,7%
Recursos de clientes	73 426	69 680	-3 746	-5,1%
Responsab. representadas por títulos	6 700	4 184	-2 516	-37,6%
Passivos financeiros	1 739	1 695	-43	-2,5%
Provisões	992	1 127	135	13,6%
Passivos subordinados	2 429	2 424	-5	-0,2%
Outros passivos	3 998	4 754	756	18,9%
Total do passivo	94 718	89 664	-5 053	-5,3%
Capitais próprios	6 184	3 883	-2 301	-37,2%
Total do passivo e capitais próprios	100 901	93 547	-7 354	-7,3%

(milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	Variação			
	2015-12	2016-12	Abs.	(%)
Juros e rendimentos similares	2 904 572	2 628 032	-276 541	-9,5%
Juros e encargos similares	1 819 871	1 483 164	-336 707	-18,5%
Margem financeira	1 084 701	1 144 868	60 166	5,5%
Rendimentos de instrumentos de capital	74 267	52 389	-21 878	-29,5%
Margem financeira alargada	1 158 968	1 197 256	38 288	3,3%
Rendimentos de serviços e comissões	621 565	584 068	-37 497	-6,0%
Encargos com serviços e comissões	123 408	120 489	-2 919	-2,4%
Comissões líquidas	498 157	463 579	-34 578	-6,9%
Resultados em operações financeiras	345 857	79 457	-266 400	-77,0%
Outros resultados de exploração	-4 172	-193 141	-188 969	-
Margem complementar	839 842	349 895	-489 947	-58,3%
Produto bancário	1 998 810	1 547 151	-451 659	-22,6%
Custos com pessoal	803 948	705 850	-98 098	-12,2%
Outros gastos administrativos	458 302	439 615	-18 687	-4,1%
Depreciações e amortizações	102 413	94 870	-7 543	-7,4%
Custos operativos e amortizações	1 364 663	1 240 336	-124 328	-9,1%
Resultado bruto de exploração	634 147	306 816	-327 331	-51,6%
Provisões e imparidade de outros ativos (líq.)	159 198	620 543	461 344	289,8%
Imparidade do crédito, líquida de reversões	556 206	2 396 399	1 840 193	330,8%
Provisões e imparidades	715 404	3 016 941	2 301 537	321,7%
Resultados de filiais detidas para venda	8 705	10 821	2 116	24,3%
Resultados em empresas associadas	47 099	47 480	381	0,8%
Res. antes imp. e int. que não controlam	-25 453	-2 651 825	-2 626 372	-
Impostos	56 087	-826 654	-882 741	-
Correntes e diferidos	23 909	-865 722	-889 631	-
Contrib. extraord. sobre o setor bancário	32 178	39 068	6 890	21,4%
Resultado consolidado do exercício	-81 541	-1 825 171	-1 743 631	-
do qual:				
Interesses que não controlam	89 912	34 351	-55 561	-61,8%
Result. líq. atribuível ao acionista da CGD	-171 453	-1 859 523	-1 688 070	-

Contas de dezembro de 2015 reexpressas considerando o Mercantile Bank Holdings, Ltd. como um ativo não corrente detido para venda.

Lisboa, 10 de março de 2017

